

DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DO SUDESTE: REFLEXOS NA PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE CASTRO ALVES – BA APÓS A IMPLANTAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA CALÇADISTA

INDUSTRIAL DECLARATION OF SOUTHEAST: REFLECTIONS ON THE PRODUCTION OF MANDIOCA FLOUR IN THE MUNICIPALITY OF CASTRO ALVES - BA AFTER THE IMPLEMENTATION OF A FOOTWEAR INDUSTRY

Ana Virgínia Pereira dos Santos¹
Iago de Araújo Lobo²

Variáveis como redução na oferta de matéria prima e déficit espacial, aliadas às políticas voltadas à redução de desigualdades socioeconômicas foram alguns dos vetores da desconcentração industrial da Região Sudeste, em particular de São Paulo. Desse modo, este artigo tem como objetivo principal analisar as alterações no perfil do mandioqueiro e na produção de farinha de mandioca no município de Castro Alves, localizado na região do Recôncavo da Bahia, após a implantação de uma indústria de calçados. Quanto à metodologia ora utilizada, além da revisão bibliográfica pertinente ao tema/conceitos, utilizou-se o questionário enquanto instrumento de coleta de dados, sendo os mesmos estimados através da média aritmética simples. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, delineada por um estudo de caso, de abordagem mista. Os resultados indicam que não houve modificações acentuadas nem no perfil de quem cultiva, nem na produção da raiz após a inserção da atividade industrial naquela municipalidade, indicando que essa organização industrial não provocou movimentos de êxodo rural significativos para o contexto local.

Palavras-chave: Desconcentração Industrial. Mandioca. Produção

Variables such as reduction of raw material supply and lack of space in urban areas, combined with the policies aimed at reducing socioeconomic inequalities have been some of the factors that contributed to the industrial decentralization in the Southeastern region of Brazil, particularly São Paulo. Thus, this article aims to analyze the profile changes of cassava and cassava flour producers in Castro Alves, located in the Recôncavo da Bahia, after the installation of a shoe factory. Data were gathered by means of a questionnaire and analyzed using quantitative and qualitative approaches. This was a descriptive and exploratory case study. The results show no significant changes neither in the producers' profile nor in the productivity of cassava after the installation of the shoe factory indicating that this enterprise has not contributed significantly to rural exodus.

Keywords: Industrial Decentralization. Cassava. Production.

¹Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Regional (UFPA). Docente da Faculdade Maria Milza (FAMAM) e da Faculdade Católica de Feira de Santana. https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=03E88B4092E5CC36BE451CC764D4CFDD_anavps_@hotmail.com

²Graduado e Administração pela Faculdade Maria Milza. Castro Alves-Ba. iago.lobo@gmail.com

INTRODUÇÃO

O processo de formação econômica do Brasil desde os primórdios apresentou uma abordagem regionalizada e basicamente fomentada por monoculturas, iniciada com o pau-brasil (1500 – 1530), no sul da Bahia. Contudo, por questões de cunho antropológico, social e econômico teve duração bastante reduzida (BAER, 2009).

Na sequência tem-se o ciclo da cana-de-açúcar, produto cultivado basicamente na úmida Zona da Mata (século XVI até o século XVIII). Em Minas Gerais (1690 – 1760) foi concentrada a exploração de ouro e metais preciosos; na Amazônia o que predominou foi à extração de látex, o ciclo da borracha, que teve seu auge entre 1879 e 1912 e, por fim, encerrando-se as pautas baseadas em monoculturas, têm-se o ciclo do café (1800 – 1930), cujo declínio se efetivou com a Grande Depressão³ de 1929 (GREMAUD et al).

A partir da década de 1930, em função da concentração e vazamento do capital cafeeiro, de mão de obra abundante e outros fatores, São Paulo desponta no cenário nacional com um modelo voltado à industrialização e, portanto, diversificando a pauta econômica do país, caracterizando aquilo que Furtado denominou de deslocamento do centro dinâmico⁴, como resposta dada à crise pelo governo de Getúlio Vargas, cuja perspectiva perpassa pela industrialização para substituição de importações (TAVARES, 1975).

A origem do processo de industrialização, salientam Gremaud et al. (2009), é explicada por duas matrizes antagônicas ente si: a primeira, justificada pela teoria dos choques adversos, afirma que a indústria surgiu no Brasil em resposta às dificuldades em se proceder com a importação de produtos em determinados períodos, como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão da década 1930; a segunda teoria afirma que períodos de expansão do mercado cafeeiro estimulavam a expansão da renda e, consequentemente, do mercado de demanda por produtos industrializados.

Destarte, afirmam Gremaud et al. (2009) que impérios industriais erguidos em São Paulo como o da família Prado, detentora de vidraçarias e curtumes passaram a produzir boa parte dos produtos anteriormente importados; e a família

Matarazzo, referência na importação de trigo, posteriormente passa a não apenas produzi-lo internamente como também a fabricar de embalagens para o seu produto.

Entretanto, após a implantação de políticas efetivas propostas pela Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe (CEPAL), na década de 1970, inicia-se um processo de “distribuição” dos pólos industriais pelo Norte e Nordeste do país, cuja oferta de matéria-prima, mão de obra e incentivos fiscais atuaram como vetores rumo à desconcentração espacial das indústrias instaladas no Sudeste do Brasil (ARAÚJO, 2000).

Nesse sentido, o presente trabalho abordou a seguinte problemática: De que modo a inserção da indústria afeta o perfil do mandioqueiro do município de Castro Alves (BA)?

Para atender ao problema ora proposto, buscou-se, enquanto objetivo geral, apresentar as alterações no perfil do mandioqueiro e na produção de farinha no município de Castro Alves-BA, após a implantação de uma indústria de calçados. Os objetivos específicos compreenderam: identificar alterações na produção e comercialização da mandioca após a instalação da indústria; analisar as mudanças econômicas inferidas aos mandioqueiros do município; e pesquisar se houve alterações na área de plantio destinada ao cultivo da mandioca.

A pesquisa justifica-se pela relevância da identificação dos impactos provenientes da inserção industrial frente ao cultivo da mandioca em um município de pequeno porte, cuja economia é dinamizada de maneira importante no setor agrícola.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Inicia-se a construção teórica do presente trabalho abordando algumas questões relevantes e distintas sobre a organização industrial no Brasil.

BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

Após a Grande Depressão, que destruiu a economia de diversos locais no mundo inteiro, o Brasil viveu o que a história denomina de o período do Estado Novo (1937-1945), contexto marcado pela implantação de políticas voltadas à viabilidade do

³Crise na Bolsa de Valores de Nova York, que é o principal mercado consumidor do café brasileiro, provoca uma crise extrema no mercado interno (DELFIN NETO, 1966).

⁴Período em que o elemento essencial da determinação do nível de renda da economia brasileira deixa de ser a demanda externa, como é tipo de uma economia agroexportadora, e passa a ser a atividade voltada ao mercado interno, mais precisamente o consumo e investimento doméstico (GREMAUD ET AL, 2009, p. 348).

desenvolvimento industrial no país, sendo estas intensificadas a partir da década de 1950, pelo então presidente Getúlio Vargas.

O processo de concentração industrial no Brasil tem suas raízes plantadas na Região Sudeste, de maneira bastante acentuada em São Paulo e região metropolitana, fato que se explica por alguns fatores preponderantes, tais como localização geográfica, o Porto de Santos⁵ e a transferência de recursos elitistas da então declinante atividade cafeeira para uma nova possibilidade de reorientação das atividades econômicas do país (CANO, 1998).

Fator relevante nessa discussão, considerando a constituição histórica de São Paulo, é que desde a década de 1930 o estado aglomera uma importante parcela da população nacional (17%), dado que até a atualidade vem sendo mantido, recepcionando uma estimativa de 44.035.304 habitantes (IBGE, 2015).

Tal contingente populacional, segundo Cano (1998, p. 306), justifica-se desse modo:

O crescimento diversificado de sua agricultura e de sua indústria provocou veloz ritmo de urbanização que se traduzia não apenas no maior contingente urbano do país já em 1940 – superando o Rio de Janeiro –, mas também na expansão da mais dinâmica economia terciária nacional. A participação de São Paulo na geração de renda terciária do país aumentou, dos 32,7% em 1939, atingindo seu maior nível (36,7%) em 1995.

Fica assim evidenciado que está composto um cenário caracterizado por desequilíbrios socioeconômicos e culturais que estão ainda nos dias de hoje alicerçados, embora estes não serão diretamente abordados neste trabalho.

Inserido neste contexto, a Região Sudeste, com destaque à pujança de São Paulo, passou a angariar quase que todos os recursos naturais e financeiros voltados ao seu desenvolvimento, o que implica numa concentração populacional e, conseqüentemente, de mão de obra e de mercado consumidor.

Desse modo, salienta Cano (1998) que o deplorado cenário econômico do Brasil passa a inalar uma atmosfera de recompostura somente a partir de 1933, impulsionada por uma produção

industrial local, sendo este setor o responsável pela alocação de um acúmulo de capital. Ainda segundo o autor:

Além da expansão da produção de bens de consumo corrente, a de bens de produção cresceu a taxas muito mais elevadas, notadamente cimento, metalurgia, mecânica, química, material de transporte e elétrico. Na periferia⁶ nacional a indústria também cresceu, porém a ritmo menor que a de São Paulo (CANO, 1998, p. 73).

Aliado a outros fatores, a Segunda Guerra Mundial arrefeceu o investimento industrial, reduziu a capacidade do país para importar, bem como alterações na estrutura da formação dos preços pressionou o valor comercial dos produtos importados para cima, tornando o mercado interno um potencial demandante da indústria local, cujo privilégio voltou-se ao setor de bens de consumo não duráveis, seguido pelos bens intermediários e bens de consumo durável e de capital, em menor proporção (CANO, 1998).

Conforme Gremaud et al. (2009), nos momentos imediatos ao pós-guerra o cenário defrontou-se com mais um estrangulamento externo, fato compulsório ao rígido controle interno de importações, permitindo tão somente àquelas tidas como fundamentais ao desenvolvimento, como o caso dos combustíveis, matérias-primas e alguns bens de capital.

A concentração regional do desenvolvimento industrial do Brasil fica ainda mais acentuada após a crise de 1929. Conforme estudos de Cano (1998, p. 97), este fato pode assim ser ratificado: “A participação de São Paulo na industrialização nacional em 1919 passou de 32% para 41% em 1939, saltando para 49% em 1949, e entre 1955 e 1956, antes do Programa de Metas, alcançaria 52%.

A partir de 1949 a concentração industrial do Sudeste ganha vigor, à medida que eram implantadas as conhecidas como indústrias “pesadas”, mais uma vez São Paulo ganha destaque à sua já ampliada diversificação, com expressiva atuação da indústria automobilística, de auto-peças, etc.

Entretanto, salientam alguns autores como Cano (1998) e Araújo (2000), que o cenário passa a ser acometido por um movimento oposto,

⁵Data de fevereiro de 1892, não cessa a sua expansão, sendo um dos mais importantes portos do mundo. Em 2013, o Porto de Santos superou a marca dos 114 milhões de toneladas movimentadas, antecipando em um ano a projeção base para 2014 que era a movimentação de 112,6 milhões de toneladas (PORTO DE SANTOS, 2015).

⁶Tem um caráter unilateralmente desenvolvido devido à existência simultânea de setores “adiantados” e “atrasados”, seu papel principal é a produção de matéria-prima (ARAÚJO; BENJAMIN, 1995).

arremetendo a dinâmica industrial do país rumo à desconcentração regional, observada especialmente entre os anos 1970 a 1985.

Quanto à indústria de transformação, entre 1919 a 1949, apenas três regiões não declinaram suas atividades frente ao cenário nacional. São elas: Centro-Oeste, justificado por sua ainda rasa base industrial no início desse período; Santa Catarina, com uma modesta, porém constante expansão; Minas Gerais, por estar inserida no eixo sudeste.

Cano (1998) salienta que o Nordeste representa um dos locais que mais perderam posição, declinando de 16% para somente 9% na participação industrial nacional.

DESCONCETRAÇÃO INDUSTRIAL COMO ALTERNATIVA ÀS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

Na seção anterior foi realizada uma breve abordagem quanto às razões que culminaram na concentração regional de recursos, indústrias e demografia. A partir daqui serão apresentadas algumas variáveis que corroboraram com a desconcentração, iniciada quarenta anos mais tarde.

Destarte, após décadas de alocação de recursos financeiros, de capital, de mão de obra e demográfico basicamente no mesmo espaço, algumas medidas de distribuição espacial desses meios foram adotadas, mas somente a partir da década de 1970, quando o poder público desenvolveu alguns planejamentos com a perspectiva de gerar uma maior democratização no espaço industrial do país. Neste contexto se deu à criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (FURTADO, 2005).

Cano (1998) defende a tese de que a concentração industrial em São Paulo não representa uma variável determinante ou agravante do atraso e da miserabilidade das regiões mais empobrecidas do país. Conforme o autor:

Antes de 1930, a economia nacional não era integrada e cada uma de suas regiões havia tido uma história e uma trajetória econômica específicas, que lhe deixaram uma herança cultural, demográfica e econômica – notadamente a da estrutura da propriedade e da renda – demarcadora de diferentes graus de pobreza absoluta e relativa e de diferentes estruturas produtivas (CANO, 1998, p. 312).

Desse modo, no período compreendido entre 1970 e 1985 foi consolidada a matriz industrial nacional, fato que demandou organização por parte da periferia produtiva ainda mais acentuada, uma vez que se instalou uma exploração mais intensa de recursos naturais que, por sua vez, estavam concentrados nas regiões periféricas e o que não era ali contemplado foi instalado, como algumas hidrelétricas e os complexos químicos e petroquímicos, elementos, portanto, impulsionadores de crescimento regional. Para Cano (1998, p. 313):

Isso, mais os efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento regional implantadas a partir de meados da década de 1960 (promovendo investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos), proporcionou um processo de desconcentração industrial regional.

Araújo (2000) desenvolve uma construção teórica distinta daquela apresentada por Cano (1998), uma vez que compreende o desenvolvimento desigual da economia brasileira relacionado de maneira intrínseca com o projeto industrializante, que funcionou como vetor de uma oligopolização e concentração econômica.

Para a autora, cujo cenário nordestino lhe é endógeno, a atuação da SUDENE e de Celso Furtado passa a demandar insumos do Sudeste, os transforma e os comercializa de volta para aquela região. Desse modo: “O planejamento nacional e regional atuou na concepção e viabilização da implantação dessa infra-estrutura. Os dois primeiros Planos Diretores da SUDENE deram enorme ênfase à montagem da malha rodoviária do Nordeste” (Araújo, 2000, p. 20).

Nesse contexto, entre os anos de 1960 e 1986, houve a seguinte desconcentração espacial das atividades econômicas:

Quadro 1. Participação regional no PIB nacional.

| REGIÃO | 1960 (%) | 1986 (%) |
|--------------|----------|----------|
| Sudeste | 65 | 58 |
| Norte | 2,2 | 4,3 |
| Nordeste | 12 | 13,3 |
| Centro-Oeste | 3,7 | 6,3 |
| Sul | 17 | 17 |

Fonte: IBGE, (2018)

Os dados ratificam a desconcentração industrial regional no período apresentado, sobretudo no Sudeste, que responde pela realocação dos investimentos para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com isso, teve início a chamada **Guerra Fiscal** ou **Guerra dos Lugares**, que, via isenções de impostos e outros benefícios, deu às unidades federativas a possibilidade de competir pela manutenção de empresas em suas localidades, objetivando a dinamicidade das suas economias, bem como ampliar a oferta de postos formais de emprego.

Ressalva-se que aliadas a essas questões políticas o fato de que, com os avanços ocorridos na área tecnológica em seguimentos como transporte e comunicações, tornava desnecessária uma aglomeração industrial e a proximidade entre indústria e mercado consumidor. Por essa razão, diversos empreendimentos migraram para regiões interioranas, preferencialmente cidades de médio porte, distantes dos problemas característicos dos grandes centros.

REFLEXOS DA DESCONCENTRAÇÃO PARA A BAHIA E PARA CASTRO ALVES (BA)

Apesar de o Sudeste, de modo acentuado São Paulo, concentrar o mais expressivo número de indústrias no Brasil, outras regiões receberam parques produtivos, sobretudo após 1970, com a desconcentração forçada do Centro-Sul.

Nesse sentido, segundo Furtado (2005), o processo de crescimento econômico no estado da Bahia é intensamente caracterizado pelas desigualdades sociais e regionais, assim como no Brasil inteiro. A economia baiana seguia a tendência nacional primário-exportadora desde o período colonial até a década 1930, sendo mais intensificada quando os planos de ação da CEPAL para desconcentrar o pólo industrial do Centro-Sul passam a ser executados.

Na Bahia começaram a surgir indústrias do setor petroquímico, metalúrgico, de celulose, e mais recentemente, o seguimento automobilístico e calçadista. Esse fato foi de suma importância para o crescimento e desenvolvimento econômico daquela Unidade Federativa (LOPES, 2005).

Entretanto faz-se relevante o regresso histórico para a compreensão da dinâmica das modificações. Conforme Carvalho Júnior (2005, p. 18) a economia da Bahia foi organizada

primeiramente em torno do cultivo da cana-de-açúcar, ainda na condição de colônia de Portugal. Mais tarde, já no período pós Proclamação da República, as atividades econômicas giraram em torno da exportação de cacau, que predominou sobre as atividades produtivas do Estado, de modo a assegurar a liderança do setor agrícola na conciliação do produto interno bruto (PIB) estadual e na pauta de exportações baianas.

Conforme trabalhos de Spinola (2003), com a política de mudança de importações praticadas pelo Governo Federal a partir da década de 1970, a Bahia ingressou num processo de industrialização, de forma específica na fabricação de bens intermediários, com a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Entretanto, ainda segundo esse autor, as atividades da Refinaria de Mataripe na década de 1950 são consideradas o marco primitivo deste período, quando infere que:

A tecnologia de industrialização gerou uma diminuição do peso da agricultura, um avanço do setor secundário na participação do PIB. Neste panorama a Bahia se resumiu em uma das principais fornecedoras nacionais de matérias-primas ao plano de desenvolvimento da Bahia (PLANDEB). No tempo que era praticado o projeto preparado por Celso Furtado para o Nordeste, pelo qual estaria projetando um setor industrial com a produção de bens, consumo e de capital, entretanto, ressaltava a prioridade na especialização de grandes empresas produtoras de bens intermediários. O Plandeb buscava agregar os setores agrícola, industrial e comercial, com intenção de gerar o desenvolvimento da Bahia. (SPINOLA, 2003, p. 146).

Os distritos industriais da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador (RMS), como o parque produtor de bens intermediários, desenvolveu práticas entre 1970 e 1980, com financiamentos a juros auxiliados e com estímulos fiscais ofertados pelo governo, enquanto elemento de atração de indústrias (CARVALHO JÚNIOR, 2005).

No entanto, conforme dados históricos, a partir da década de 1980 ocorreu uma redução na participação da indústria baiana em relação à indústria nacional. Nesse contexto, ganha destaque o COPEC como não produtor de resultados então desejados (UNRUH, 1998).

Conforme Spinola, (2003) o aumento da

⁷Sobre os vetores da desconcentração industrial no Brasil recomenda-se a leitura de Cano (1998) e Furtado (2005).

concorrência pela abertura da economia nacional e a queda no PIB e no PIB *per capita* da Bahia, obrigou a uma reestruturação na produção iniciada nos anos 1990. A Bahia obteve elevados níveis de crescimento econômico no período 1967/1999, porém não se desenvolveu, sendo decorrente dos benefícios gerados pela industrialização baiana, reproduzindo assim uma dinâmica capitalista mundial de dependência externa, fazendo o repasse destes para as classes dominantes. Desta forma, os investimentos geraram pouco desenvolvimento de raízes mais profundas, através de encadeamentos produtivos mais articulados (SPINOLA, 2003, p.108).

Ratificando o trabalho de Spinola (2003), Amaral Filho (2001), evidencia que o processo de industrialização tanto no Brasil quanto na Bahia, serviu como mais um elemento de concentração de riquezas, uma vez que as elites empresariais lograram elevadas margens de lucro, enquanto que a classe trabalhadora, encarregada de ceder a mão de obra no processo, limitou-se ao recebimento de um salário moldado nas matrizes do modelo capitalista.

Conforme o Censo de 2006, em 140 categorias de indústrias mapeadas pelo IBGE, a alocação industrial estava assim organizada:

Quadro 2. Alocação industrial por região

| REGIÕES | Nº DE INDÚSTRIAS |
|----------|------------------|
| Sudeste | 842.463 |
| Nordeste | 221.439 |
| Bahia | 57.630 |

Fonte: IBGE, (2016.)

Como é possível perceber através dos dados, a Bahia no período demonstrado recepcionava 26% das indústrias mantidas na Região Nordeste, enquanto que esta representava apenas 6,8% em relação à aglomeração industrial do Sudeste.

Desse modo, fazendo versão ao objeto aqui estudado, a Indústria de Calçados Castro Alves⁸, cuja matriz está sediada no Rio Grande do Sul (RS), iniciou suas atividades no dia 07/08/2003, localizada na Avenida Landulfo Alves, no Centro da cidade de Castro Alves-BA.

Sendo especialista em atacado e fabricação de calçados, gera emprego e crescimento econômico para este município, ofertando em junho de 2015 postos de ocupação direta e formal para 173

funcionários, que trabalhavam no período diurno, com vencimentos médios para a linha de produção⁹ de R\$: 900,00 que auxiliam de maneira relevante o giro da economia local. Dentre os funcionários da Indústria, 87% são naturais daquele município e 16% obtiveram diploma de nível superior.

A indústria gerou em 2014 uma receita anual de R\$: 20.558.105 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e cinco reais), que é relativamente normal para empresas que operam neste segmento em geral (exceto borracha). Em média, as empresas de calçados geram em torno de R\$: 12.519.785 (doze milhões, quinhentos e dezenove mil, setecentos e oitenta e cinco reais). (CALÇADOS CASTROALVES, 2014).

A MANDIOCULTURA ENQUANTO VETOR ECONÔMICO: O PERFIL DO PRODUTOR CASTROALVENSE

A mandioca (*Manihot esculenta*, da família das euforbiáceas) é considerada o produto mais popular da alimentação brasileira desde o início da colonização. Feita de diferentes formas, a farinha, seu principal produto, é consumida por todas as classes sociais. Presente tanto nos pratos cotidianos mais simples quanto em outros mais elaborados, ocupa lugar de destaque no sistema culinário nacional e regional, desempenhando em algumas regiões do país relevante papel na construção de identidades culturais (FUKUDA, 2005).

Conforme Marcon (2004), a produção de mandioca ocupa o 4º lugar na lista dos alimentos mais colhidos nos países em desenvolvimento, depois do arroz, trigo e milho. Esta cultura tem grande adaptabilidade aos diferentes ecossistemas, o que possibilita seu cultivo em todo o território nacional e em diversos países do mundo. Para o autor:

Os múltiplos e variados aspectos que envolvem o seu cultivo e transformação em alimento conferem-lhe considerável importância histórica, econômica e social. Da produção ao consumo final, um conjunto de práticas, relações sociais, cosmologias e representações simbólicas expressam significados cujos conteúdos revelam elevado valor culturais (MARCON, 2004, p. 67).

A mandioca é considerada um dos principais produtos de contribuição indígena para a agricultura

⁸Indústria de calçados em couro e tênis, pertencentes ao grupo Calçados Andreza.

⁹86% da mão de obra ocupada estão concentrada na linha de produção, 11% no administrativo e 3% nos serviços gerais (CALÇADOS CASTRO ALVES, 2014).

familiar do Brasil. Esse gênero alimentício, durante décadas, foi à base da subsistência dos pequenos agricultores, sendo, posteriormente, também utilizada para comercialização. Nos dias de hoje, a ampliação do cultivo da mandioca, visando o beneficiamento da fécula pela indústria pode contribuir para que a produção da farinha de mandioca continue restrita aos pequenos agricultores, enquanto a ampliação do mercado de amido no Brasil destina-se ao agronegócio (EMBRAPA, 2006).

Ainda segundo a EMBRAPA, (2006):

[...] a produção de mandioca apresenta diversas características favoráveis ao cultivo pela agricultura familiar, como por exemplo, alimentação humana direta e indireta, alimentação animal, pode ser colhida em praticamente todos os meses do ano e apresenta grande rusticidade, ou seja, pode ser cultivada com o uso de poucos insumos externos. No Brasil a produção de mandioca possui um relevante potencial econômico. Segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca (ABAM), a atividade representa perto de 10 milhões de pessoas empregadas diretamente. A maior parte está envolvida na produção de farinha.

A produção brasileira de mandioca chega a cerca de 26 milhões de toneladas por ano, com rendimento médio de 13,8 toneladas por hectare. Desse total, 50% é destinada à produção de farinha, 40% é usado para o consumo de mesa e ração animal, e 10% apenas é transformada em amido. Os estados do Pará, Bahia e Paraná são os principais produtores, e juntos são responsáveis por cerca de 48% da produção nacional (EMBRAPA, 2014).

Muitos agricultores do município de Castro Alves cultivam a mandioca há mais de 40 anos, utilizando as mesmas variedades e seguindo os mesmos costumes transmitidos de geração a geração. Os agricultores relataram nesta pesquisa que as principais vantagens em se plantar a mandioca são aspectos ligados à resistência da planta à seca, a pragas e doenças, a alta produtividade e os diversos usos que a planta pode ter, seja na alimentação humana ou animal.

Segundo os agricultores locais, os principais aspectos que determinam a área de plantio são: o preço da farinha e a quantidade de mão de obra disponível. Em relação à produtividade, o principal

fator concentra-se nos índices pluviométricos esperados para o período de plantio e desenvolvimento inicial das plantas. Todavia, observa-se que estes fatores estão relacionados, em certo grau, com o nível tecnológico adotado para o cultivo que é dependente do número de técnicos de assistência técnica e extensão.

Os derivados da mandioca encontrados no município que representam algum tipo de comercialização são a farinha, polvilho, beiju, raspa da mandioca e biscoitos. A maior parte dos agricultores que participaram deste trabalho produz farinha e goma, sendo produzidos aproximadamente 10% de goma em relação do total de farinha. Muitos dos que fazem estes produtos objetivam tão somente o consumo da família, outra parcela tem nesses produtos a principal fonte de renda. Contudo é difícil de estimar, pois nem os agricultores de Castro Alves sabem ao certo quantas famílias cultivam a mandioca ou utilizam as farinheiras, além dessa informação não estar lotada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A mão de obra utilizada na produção da farinha de mandioca também é de base eminentemente familiar¹⁰. Entretanto, em dadas fases do processo produtivo, algumas casas de farinha utilizam troca de dias de serviço ou sistema de mutirão no processamento. Há ainda casos em que são contratadas pessoas para ajudarem a arrancar, descascar, ralar e torrar a farinha (fases do processo produtivo). A presença de ralador e torradeira elétricos reduzem os custos com contratação.

A comercialização é um dos principais entraves para o desenvolvimento da cadeia produtiva da mandioca, desde problemas de escoamento, pelas condições precárias das estradas e ações dos atravessadores, até problemas estruturais dos canais de distribuição, como armazenagem e pontos de venda. O principal canal de distribuição são as feiras livres, com destaque para a de Castro Alves (PESQUISA DE CAMPO, 2015).

METODOLOGIA

Objetivando a criação de subsídios teóricos para a posterior análise do perfil do produtor de mandioca da municipalidade ora pesquisada frente à inserção do contexto industrial no município, após o processo histórico de desconcentração espacial de

¹⁰A agricultura familiar se diferencia da agricultura industrializada empresarial pelo fato de usar os membros da família para trabalhar, em vez do trabalho assalariado.

indústrias do Sudeste, realizou-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos de jornais e na internet.

O território propulsor do presente estudo é o município baiano de Castro Alves, distante 194 Km da capital do estado. Está centrado na geografia do Recôncavo Baiano (Figura 1), cuja área territorial compreende 711,735 km². A população estimada em 2014 foi de 27.286 habitantes (IBGE, 2015), apresentando uma densidade demográfica de 38,34 hab/km². O PIB *per capita* em 2013 era de R\$: 8.572,09 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,613.

Figura 01. Localização do município de Castro Alves, no Recôncavo Baiano.



Fonte: IBGE, (2017).

Enquanto procedimentos metodológicos, este trabalho compõe uma pesquisa descritiva e exploratória, cujo delineamento representa um estudo de caso, baseado numa abordagem mista. O procedimento da coleta de dados foi realizado através da utilização do instrumento questionário, apresentando enquanto variável independente a implantação da indústria de calçados e variáveis dependentes a continuidade da cultura da mandioca e variações em seu preço.

O universo investigado foi composto por produtores de mandioca residentes no município de Castro Alves-BA. O tamanho da amostra foi definido com base nos produtores que escoam sua produção na feira livre municipal, sendo trinta e dois mandioqueiros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários foram aplicados a homens e mulheres moradores da zona rural municipal que se

deslocam até a cidade para efetuar o escoamento de seus produtos. São pessoas que estão ligadas diretamente ao plantio, colheita e fabricação de derivados da mandioca, sendo a venda realizada pelas mulheres, caracterizando divisão e organização do trabalho, uma vez que compete aos homens o plantio e colheita, por se tratar da fase da cadeia produtiva mais laboriosa, demandando maior força e resistência.

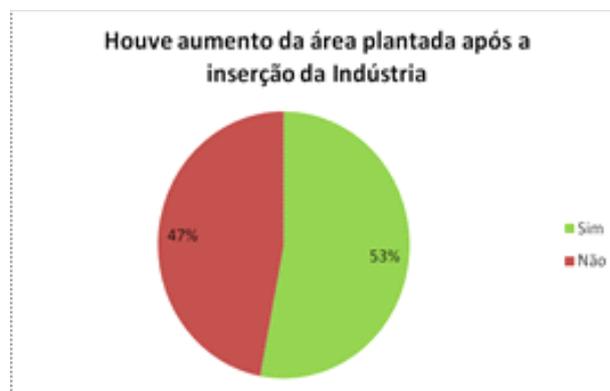
A pesquisa apresentou a relação entre o número de homens e mulheres que atuam na produção e comercialização, na feira livre de Castro Alves. Dentre os entrevistados, quanto ao sexo, percebeu-se a predominância dos homens, com 60% de agricultores, em detrimento de 40% da atuação feminina na atividade

Com relação à alteração no preço do produto frente à inserção da indústria no município, a maioria (83%) relata que há existência de oscilação, mas positiva, uma vez que houve o aumento da renda da população, tanto por parte daqueles que passaram a ocupar uma função na indústria, bem como a mão de obra imigrante de outras localidades, caracterizando elevação da demanda pelo produto.

Quando perguntado se após a implantação da indústria houve o aumento da área destinada ao plantio da mandioca, as respostas foram bem próximas. Contudo, aqueles que responderam **não** caracterizam o grupo familiar que registrou redução na quantidade de mão de obra destinada à cultura, tendo o retorno financeiro da atividade conduzido pela oferta e demanda do produto.

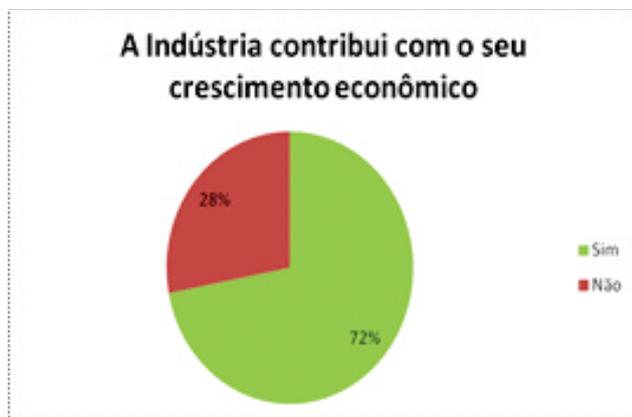
Ao serem questionados se a inserção da indústria no município contribuiu com o crescimento financeiro do mandioqueiro, as respostas têm uma configuração positiva, pois - uma vez tendo o preço do produto reajustado para cima - (Gráfico 3), as possibilidades de ampliação dos lucros são reais. As informações estão ratificadas abaixo:

Gráfico 01. Alterações na área de cultivo da mandioca.



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

Gráfico 02. Participação da Indústria no crescimento econômico.



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

Objetivando constatar se trabalhadores rurais trocaram a cultura da mandioca por postos de ocupação na Indústria, e se este movimento trouxe impactos na produção, nota-se que esse fluxo foi irrelevante, não promovendo significativas mudanças na rotina do espaço rural voltadas ao cultivo da raiz. Registre-se que nos casos em que houve essa transferência, esta ocorreu em função da procura não somente de um trabalho mais brando e formal, como também famílias que utilizam deste deslocamento para que seus filhos possam ter um melhor acesso às instituições de ensino médio, e em alguns casos, poderão ter acesso a uma graduação, pois somente ocupados no cultivo da mandioca, o acesso à universidade era relegado a segundo plano.

Gráfico 03 - Substituição de mão de obra familiar do campo para a Indústria.



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

Quando perguntado se lhes fosse ofertada uma oportunidade de substituir o trabalho no campo por uma ocupação na Indústria, as respostas estão demonstradas no gráfico que segue. Justifica-se que preferem continuar produzindo e cultivando seus produtos de forma cultural e sustentável, mantendo a

tradição da família e sua residência num espaço mais tranquilo e menos vulnerável à violência. Percebe-se com estas respostas um sentimento de pertencimento ao espaço rural ainda avivado, além do simbólico da cultura, conforme assevera Paiva (2004).

Gráfico 04. Em caso de oportunidade, deixaria o campo para trabalhar na indústria.



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

Por fim, ao serem questionados se a principal fonte de renda familiar é proveniente da produção agrícola, enfatiza-se a relevância desta atividade para a amostra da presente pesquisa:

Gráfico 05. Participação da agricultura na geração de renda.



Fonte: Pesquisa de campo, (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o processo de desconcentração industrial intensificada no Brasil a partir da década de 1970, proposta pela CEPAL, estando Celso Furtado à frente desses estudos, regiões até então desprovidas desse modelo de atividade econômica, como a Região Nordeste, especificamente a Bahia e o município de Castro Alves, passaram a contar com outras atividades dinamizadoras da economia.

Em 2003, a cidade de Castro Alves recebeu a instalação de uma indústria de

calçados de origem sulista, estimulada por isenções fiscais ofertadas pelo governo do estado e por algumas desobrigações trabalhistas, como o auxílio transporte e alimentação. Registre-se que a empresa já operou suas atividades com 378 funcionários diretos.

Entretanto, por se tratar de um município onde até então a principal atividade econômica era proveniente da agricultura, com destaque ao cultivo da mandioca, o presente trabalho teve como objetivo analisar as alterações no perfil do mandiocueiro e na produção de farinha no município de Castro Alves-BA após a implantação de uma indústria de calçados.

Destarte, constatou-se que as alterações do perfil do produtor supracitado, bem como na produção de mandioca foram pouco relevantes, tendo a atividade sido pouco modificada tanto na redução da oferta de mão de obra, quanto na quantidade produzida em função da inserção do segmento industrial nas relações econômicas naquele local.

Destarte, a principal alteração constatada foi registrada no preço de mercado da farinha na feira livre, uma vez que o aumento da demanda devido a chegada de novos habitantes para viabilização das atividades industriais e a manutenção do nível de produtividade, forçaram os preços para cima, ampliando a lucratividade e melhorando as condições econômicas dos produtores.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional. **Revista Planejamento e Políticas Públicas** - PPP, Brasília: IPEA, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

ARAÚJO, TÂNIA. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

ARAÚJO. TÂNIA B; CESAR BENJAMIN. **Brasil: reinventar o futuro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, 1995.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nobel, p. 32-34, 2009.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

CARVALHO JUNIOR, Cezar Vaz. Economia baiana: diversificação e desconcentração. Conjuntura e

Planejamento, Salvador, **SEI**, n.131, p. 18-22, Abr. 2005.

DELFIN NETTO. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1966.

EMBRAPA. **Processo de produção da farinha de mandioca**. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/409/processo-de-producao-de-farinha-de-mandioca-seca-e-mista>>. Acesso em 03 jul. 2015.

FUKUDA, W. M. G. Desenvolvimento e Seleção de Variedades de Mandioca. In: XI Congresso Brasileiro de Mandioca. Campo Grande, 2005. Disponível em: <<http://www.suct.ms.gov.br/mandioca/>>. Acesso em: 21 junho. 2015.

FURTADO, André. Celso Furtado e a Economia Brasileira. In: ALENCAR JÚNIOR, J.S. et. al. (Org.). **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

GREMAUD, A. P., VASCONCELOS, M. A. S. & TONETO Jr. R. **Economia Brasileira Contemporânea**: 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE. Castro Alves. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/castro-alves/panorama>>. Acesso em: 23 set. 2018.

LOPES, J. C., ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. 9. ed. rev. amp. atual. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCON, M. J. A. **Efeito do Processo Fermentativo do Povilho Azedo pelo Método Tradicional e com Adição de Glicose sobre a qualidade do Povilho Azedo**. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

PAIVA, C.A. Capital Social, Comunidade, Democracia e o Planejamento do Desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua História. In: WITTMANN, M.L; RAMOS, M.P. et. al. (Org.). **Desenvolvimento Regional: Capital Social, Redes e Planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SPINOLA, N. D. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional**: a experiência da Bahia. Salvador: UNIFACS, 34 2p. il, 2003.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

UNRUH, James A. **Bons clientes, ótimos negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.